ines249

Monitor Mercantil

ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

17 de junho de 2025 ● Ano CVII ● Número 29.877

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00



LULA DEVE ROMPER JÁ COM A DIREITA

Única possibilidade de sobrevivência do PT será o choque antes que seja tarde.
Por Eduardo Vasco, **página 2**



FUNDOS SOBERANOS E EMPRESAS PRIVADAS

Exigências de maior transparência podem ser vistas como um desafio.
Por Eduardo Bassin, **página 2**



PRECATÓRIOS SÃO DEVER DE ESTADO

Adiamento expõe fragilidade institucional e amplia incertezas para credores.
Por Gilberto Badaró, **página 4**

Cúpula do G7 começa com divergências entre os países

Os líderes do Grupo dos Sete (G7) se reuniram para o primeiro dia da cúpula de dois dias em Kananaskis, na província de Alberta, Canadá, nesta segunda-feira, com divergências emergentes. De acordo com a rede de TV CNN, o presidente dos EUA, Donald Trump, não pretende assinar uma declaração conjunta pedindo a redução da tensão entre Israel e o Irã.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, deram uma entrevista coletiva na noite de domingo afirmando que Israel tem o direito de se defender, sendo que foram os israelenses que atacaram, mas os líderes europeus acrescentaram que o Irã não pode obter uma arma nuclear.

O presidente francês, Emmanuel Macron, o chanceler alemão, Friedrich Merz, e o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, também esperavam finalizar um consenso entre os líderes sobre a situação no Oriente Médio.

A decisão de Trump de não assinar a declaração gerou uma divergência imediata, afirmou a reportagem, embora uma alta autoridade canadense tenha dito que os líderes europeus ainda estão engajados na esperança de chegar a um consenso.

Enquanto isso, as questões comerciais devem dominar as discussões com Trump, e observadores estão atentos para ver se ele suavizará sua posição.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da Cúpula do G7 nesta terça-feira, a convite do governo do Canadá. Lula está confirmado na reunião do segmento de engajamento externo, parte da programação da Cúpula. É a nona vez que ele é convidado para o encontro. Ele viajjou na manhã desta segunda-feira.

O tema principal da reunião com o presidente brasileiro será segurança energética, com ênfase em tecnologia e inovação, diversificação e viabilização de cadeias produtivas de minerais críticos, infraestrutura e investimento. Também serão debatidas a preservação de florestas e a prevenção de incêndios.

Após se reunir com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, Trump foi questionado sobre o que está impedindo um acordo de segurança comercial com o Canadá, e ele respondeu que não se trata de um impasse, mas sim de "conceitos diferentes".

Atividade econômica brasileira aumentou 4% em 12 meses

Indicador do BC avançou acima da expectativa

Pelo quarto mês seguido, a atividade econômica brasileira apresentou alta, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,2% em abril em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados.

Na comparação com abril de 2024, houve crescimento de 2,5%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 3,5% e, em 12 meses, registrou aumento de 4%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do País.

Para a Sara Paixão, analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, "o IBC-Br avançou 0,2% em abril, acima da expectativa do mercado, mas demonstrando uma desaceleração em relação à variação de 0,8% em março."

"Os dados de atividade econômica são um importante indicativo para o Copom, que divulgará a decisão para taxa Selic na quarta-feira. No último comunicado, o comitê sinalizou como risco baixista a preocupação com uma redução na atividade econômica muito mais forte do que o previsto, em decorrência, principalmente, de fatores externos, como a guerra comercial nos EUA. Porém, os últimos dados de atividade econômica e mercado de trabalho reduzem esse temor, o que corrobora para expectativa de mais um aumento de 0,25% essa quarta, conforme esperado pelo mercado."

Ainda segundo ela, "a abertura do IBC-Br mostra uma queda de -0,9% na agropecuária, que subiu 1% em março e na base anual continua sendo destaque, com crescimento de 18%, influenciado pela super safra. Já a indústria apresentou queda de -1,1% no mês e serviços alta de 0,4%. Lembrando que o viés do mercado para o PIB durante esse ano continua altista, uma vez que os estímulos ao crédito e ao consumo implementados pelo governo tendem a influenciar positivamente a renda real da população, o que explica a revisão do Boletim Focus divulgado hoje para o PIB de 2,18% para 2,20%."



Vem aí o iTrump

A Trump Organization anunciou que lançará um serviço de telefonia móvel chamado Trump Mobile e planeja oferecer um smartphone fabricado nos EUA ainda neste verão (no hemisfério Norte), visando competir com empresas como Apple e Samsung.

"O presidente Trump tem como alvo os fabricantes de celulares em sua campanha tarifária, ameaçando impor taxas extras à Apple se ela não migrar para a produção doméstica. Atualmente, nenhuma grande fabricante de smartphones fabrica seus produtos nos EUA, já que as telas, processadores e câmeras que eles usam são principalmente provenientes da Ásia", informou o *The Wall Street Journal* nesta segunda-feira.

Os Estados Unidos não possuem instalações de fabricação avançadas semelhantes às da China ou mesmo da Índia e do Vietnã, onde a montagem de eletrônicos se expandiu nos últimos anos, nem possuem uma massa de trabalhadores qualificados treinados para realizar o trabalho necessário, observou.

A Trump Organization afirmou que o serviço móvel funcionaria com as três principais operadoras de telefonia móvel. O serviço dependeria de acordos de revenda, conhecidos como contratos de operadora de rede virtual móvel (VRT), nos quais as operadoras vendem capacidade excedente em suas redes e conquistam clientes sem precisar arcar com os custos de marketing ou assinatura.

A Trump Organization afirmou que os clientes poderão usar o novo serviço em seus telefones existentes ou comprar o T1 Phone a partir de agosto. Eles o descreveram como um "smartphone elegante e dourado", projetado e fabricado nos Estados Unidos.

Sul Global exige fim de medidas unilaterais

Durante a 79ª sessão da Assembleia Geral da ONU, representantes de países do Sul Global e de blocos como o G77+China e o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), condenaram veementemente as medidas coercitivas unilaterais e expressaram seu apoio à resolução 78/135, destinada a tornar visíveis e combater essas práticas que afetam seriamente o desenvolvimento econômico e social de muitos Estados. A informação é da TeleSur.

Em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU, a Eritreia apresentou o projeto de resolução A/79/L.93, enfatizando que essas sanções não são instrumentos de justiça, mas ferramentas ilegais de coerção política e econômica que violam a Carta das Nações Unidas.

O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, denunciou a "ilegalidade" das medidas coercitivas unilaterais e seus efeitos negativos sobre as populações dos países afetados. "Medidas coercitivas unilaterais ameaçam a ordem jurídica e econômica internacional, dificultando, entre outras coisas, a cooperação internacional, o comércio e o investimento", alertou o venezuelano, falando em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas.

De Cuba, o vice-chanceler Carlos Fernández de Cossío denunciou que o bloqueio dos EUA equivale a uma guerra econômica sistemática, destinada a gerar fome e desespero.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,5444
Dólar Turismo	R$ 5,9090
Euro	R$ 6,3997
Iuan	R$ 0,7647
Ouro (gr)	R$ 600,32

ÍNDICES

IGP-M	
	-0,49% (maio)
	0,24% (abril)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,63%
	SP (março) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

ines249

Lula deve romper com os 'aliados' da direita

Por Eduardo Vasco

Os membros dos partidos de direita que compõem oficialmente o governo não têm mais nenhum receio de dizer que não apoiarão Lula em 2026 (na prática, não o apoiam há muito tempo). ACM Neto, vice-presidente do União Brasil, deixou claro: "Não faz sentido" o partido "ocupar cargos", porque não apoiará o PT nas eleições.

O presidente da sigla, Antonio Rueda, afirmou que o União terá uma candidatura própria ou se somará a outros partidos da direita, porque não haverá "subserviência" a Lula. "É mais desgastante estar no governo, não deveria nem ter entrado", disse ao *Globo* o deputado Danilo Forte, do União.

O presidente do PP, Ciro Nogueira, também declarou que seu partido sairá do governo nos próximos meses – ele e Rueda se reuniram com Bolsonaro em maio. Poucos dentro do Republicanos ainda esperam para desembarcar, e Silvio Costa Filho não representa o partido (90% dos deputados apoiaram Bolsonaro em 2022). Marcos Pereira, presidente do partido, afirmou que o Republicanos "estará em um campo de centro-direita em 2026", e não com o PT.

Há quem possa pensar que PSD e MDB não teriam a mesma opinião. Contudo, segundo levantamento do *Globo*, mais parlamentares de União, PP, Republicanos, PSD e MDB são favoráveis à saída dos ministérios do que favoráveis à permanência no governo. Gilberto Kassab já disse que haverá uma unidade da "centro-direita" no segundo turno, e ele mesmo é um membro proeminente do governo Tarcísio em São Paulo e tem se aproximado de Bolsonaro. O PSD tem uma ala influente de bolsonaristas declarados.

Já no MDB, Michel Temer tem articulado uma aliança entre Tarcísio, Eduardo Leite, Zema, Caiado e Ratinho Jr, e Simone Tebet, ministra de Lula, declarou que será preciso um forte ajuste fiscal para 2027, coisa que Lula já mostrou que não tem condições de fazer e por isso qualquer esperança dos banqueiros e dos partidos da direita em seu governo se desvaneceu.

Eduardo Bolsonaro como candidato dos partidos de direita

Desde o início do mandato, os partidos supostamente governistas votam contra o governo no Congresso – e, frequentemente, a favor do bolsonarismo. A imprensa aponta que as emendas parlamentares livraram os congressistas de qualquer dependência, e, portanto, de qualquer necessidade de compromisso com o governo.

No entanto, o espectro do bolsonarismo continua rondando os partidos do Centrão. De fato, eles estão mais comprometidos com Bolsonaro do que com o governo. Porque sabem que uma candidatura própria precisaria dos votos do eleitorado bolsonarista para derrotar Lula. E Bolsonaro parece calcular qual será a melhor saída, observando o próprio desgaste do governo diante do centrão e da burguesia.

Os jornais também apontam que, diante de um enfraquecimento maior de Lula nos próximos meses, Bolsonaro, mantendo-se inelegível, poderá bancar a candidatura de Michelle ou Eduardo. O Centrão poderia ser forçado, portanto, a apoiá-lo.

A maior parte da burguesia e do setor majoritário do imperialismo internacional está em confronto com o bolsonarismo, simbolizado particularmente pelo atrito com o STF. Isso reduziria a chance de uma candidatura competitiva.

Contudo, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos tanto para tentar a reversão das decisões contra seu pai quanto – e talvez sobretudo – para articular uma candidatura própria, para a qual, aparentemente, está conseguindo convencer setores poderosos da política americana. Nesse final de semana, Eduardo publicou um vídeo com claro teor de candidatura presidencial, e mais do que isso: no vídeo, ele se apresenta como alguém moderado e conciliador, palatável ao Centrão.

Afinal de contas, se o Centrão teria de fazer concessões ao bolsonarismo, o bolsonarismo também teria de fazer concessões ao Centrão para que haja uma candidatura unificada que derrote Lula e o PT em 2026. Donald Trump no Governo dos Estados Unidos, embora não seja dominante no regime político americano – enfrenta ainda sérios obstáculos colocados pelo Deep State para a concretização de seu projeto – logicamente é um fator de desequilíbrio para as relações da América Latina com o imperialismo.

O apoio do Governo dos Estados Unidos a Eduardo Bolsonaro, somado à força do eleitorado bolsonarista, seriam suficientes para convencer o Centrão e os banqueiros que apoiam esse setor de fazerem um pacto com o bolsonarismo a fim de derrotar o PT – especialmente se esse apoio a Eduardo vier com a condição de que será necessário se apresentar como alguém que não é radical e que vai aplicar a política comum a todos os candidatos da oposição (que também é a política do próprio Bolsonaro, em linhas gerais).

Política neoliberal ao estilo de Milei

Essa política, como já está nítido, é a do terror neoliberal ao estilo Javier Milei. De todos os lados a política oficial brasileira recebe a pressão para o esmagamento dos direitos dos trabalhadores para que os banqueiros aumentem o saque sobre o Brasil.

As sucessivas crises no governo, como as mais recentes no INSS e no IOF, estão sendo utilizadas pelos agentes do capital para propagar a necessidade de uma nova reforma da previdência, a redução real do salário mínimo, o fim do BPC, o aumento do desemprego, a privatização completa das "estatais", a diminuição a quase zero dos investimentos em saúde e educação.

Os bancos dos Estados Unidos já estão otimistas com a iminente queda de Lula e a ascensão de um governo da direita: o Morgan Stanley comemora o calvário petista e acredita em um verdadeiro ajuste fiscal a partir de 2027. Faz isso porque ele e seus pares estão no controle da campanha contra Lula. Na Brazil Week, em Nova York, BlackRock, Bank of America, Citi Group, Itaú, BTG Pactual e XP Investimentos deram tapinhas nas costas de Tarcísio de Freitas e dos outros governadores-candidatos.

Perante a campanha na imprensa, nos eventos empresariais e no Congresso, será questão de tempo para que o PT fique sozinho no governo, no máximo em companhia de alguma poeira de burguesia que prefira esperar até o último minuto para ver no que dá essa história.

A esquerda e o 'mal menor' da direita

No entanto, como é de costume, o partido segue nutrindo ilusões nas alianças parlamentares e regionais para impedir que a extrema-direita chegue ao governo e tenha maioria absoluta no Congresso e nos estados. Está implorando para ser feita de trouxa pela burguesia – mais uma vez.

O bolsonarismo também tem uma outra função importante para os planos do imperialismo no Brasil: servir de espantalho, para que a esquerda, enfraquecida pela campanha golpista em curso, apoie o candidato do Centrão, que seria supostamente moderado, que pacificaria o país e acabaria com a polarização política.

Eduardo Leite, por exemplo, cairia como uma luva nesse caso, já que é gay e obteve o apoio da esquerda contra o bolsonarista Onyx Lorenzoni no Rio Grande do Sul em 2022. Se as pesquisas dos institutos da burguesia apresentarem Lula com poucas chances, podemos ter certeza que muitos burocratas e pelegos da esquerda irão apoiar uma ideia como essa, como sinalizaram apoio ao "mal menor" contra o bolsonarismo em eleições anteriores.

Contraditoriamente, situações de crise também podem gerar oportunidades – não apenas para os nossos inimigos. Abandonados pela burguesia, Lula e o PT não teriam outra opção senão se escorar nas organizações dos trabalhadores e do povo, se quiserem sobreviver ao golpe.

Contra essa possibilidade, atua não apenas a política capituladora do PT, mas também a posição desmobilizadora das direções dos movimentos sociais e sindicatos. Se as bases se movimentassem e realizassem uma forte mobilização, poderiam causar um nível de pressão que nem mesmo a postura capituladora e colaboracionista da direção do PT seria mantida intacta.

Nesse sentido, a única possibilidade de sobrevivência real do PT será o choque com a burguesia e com os próprios "aliados" de direita dentro do governo, mas isso só seria viável através da mobilização das bases a fim de forçar uma ruptura.

Eduardo Vasco é jornalista especializado em política internacional, foi correspondente na guerra da Ucrânia e escreveu os livros-reportagem O povo esquecido: uma história de genocídio e resistência no Donbass e Bloqueio: a guerra silenciosa contra Cuba.

O impacto dos fundos soberanos nas empresas privadas

Por Eduardo Bassin

Os Fundos Soberanos, criados por governos para gerir reservas financeiras e impulsionar o desenvolvimento econômico, têm ganhado destaque no cenário global. Esses fundos, possuem trilhões de dólares sob gestão e desempenham um papel cada vez mais ativo nas empresas privadas. Seu impacto pode trazer tanto oportunidades quanto desafios para as companhias que recebem esses recursos.

Dado o poder de mercado desses fundos, eles podem realizar vultosas injeções de capital para financiar a expansão das empresas, o que permite maior estabilidade financeira tendo em vista que os Fundos Soberanos têm horizonte de longo prazo no que tange aos retornos esperados de seus investimentos. Além disso, a participação de um Fundo Soberano pode aumentar a confiança de outros investidores, melhorando a reputação da empresa, visto que ela demonstrará maior credibilidade.

As exigências de maior transparência podem ser vistas como um desafio para as empresas menos estruturadas. Fundos Soberanos demandam alto nível de governança, o que pode exigir adaptações custosas. Outro ponto a ser considerado é que grandes participações acionárias desses fundos podem levar a interferências na gestão, limitando a independência da empresa.

Os impactos diretos dos Fundos Soberanos na gestão das empresas oferecem benefícios, mas podem mostrar alguns desafios. Para maximizar as oportunidades, as empresas precisam adotar estratégias claras de governança e manter um alinhamento transparente com os objetivos de longo prazo dos fundos.

Eduardo Bassin é conomista, mestre em Economia e diretor do IEFS (Instituto de Estudos de Fundos Soberanos).

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

ines249

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Viva o corte… nos privilégios dos outros

Todos são a favor de o governo cortar despesas e reduzir incentivos… desde que não afete seu próprio negócio. A começar pelos meios de comunicação que reverberam a pressão pelo corte nos privilégios, mas foi ponta de lança na defesa da prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, que beneficia diversos setores, entre eles – surpresa! – o de comunicação (mas isto não contaram para os leitores).

O privilégio para as empresas incluídas na desoneração custou coisa de R$ 18 bilhões ao Governo Federal em 2024 e deve custar mais R$ 29 bilhões de 2025 a 2027, quando a desoneração acabará.

A defesa do corte nos privilégios dos outros não é restrita a um setor. Ocorre em todos acostumados a receber benesses do setor público, através de isenções, incentivos ou outro nome que deem. Tentar fechar esse buraco é "voracidade fiscal".

Vejamos o caso da "previdência privada". Quem já recebeu telefonema do gerente do banco oferecendo PGBL sabe que não se fala em guardar dinheiro para futura aposentadoria. A oferta se baseia no abatimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com diferimento fiscal (na prática, adiar o pagamento do imposto).

O outro título, o VGBL, é vendido como opção para deixar herança sem pagar imposto nem passar por inventário, privilégio para quem tem a meritocracia de ser filho de pais ricos. Guardar para a aposentadoria? Não entra na conversa.

São sistemas como esses e dezenas de outros que unem os defensores dos cortes, desde que sejam nos privilégios dos outros. A começar pelo maior de todos: a polpuda remuneração da dívida pública.

Vitaminas e proteínas

O setor de alimentos para fins especiais apresentou crescimento de 11,5% no consumo aparente no primeiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024. O principal motor do resultado é o aumento no consumo de vitaminas e concentrados de proteínas. Ao longo do ano passado, a alta foi de 2,4%, totalizando um valor estimado de US$ 7,5 bilhões.

Alimentos para fins especiais incluem nutrição infantil, enteral, suplementos alimentares, edulcorantes, entre outras categorias.

O setor também teve um desempenho positivo na geração de empregos, apresentando um aumento em 1,8%, o que totaliza mais de 104 mil empregos diretos no setor. Os dados são do mais recente boletim econômico da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres (Abiad), calculado pela Websetorial.

Rápidas

As centrais sindicais realizarão nesta terça-feira, 10h, em frente a sede do Banco Central em SP, ato cobrando a redução na Taxa Selic, que está em 14,75% ao ano *** Renato Mandaliti, sócio do Mandaliti Advogados, participa de Horizontes da Advocacia, o novo número da *Revista Jurídica Profissional*. O lançamento será nesta quarta, 9h, na FGV Direito SP. Inscrições: direitosp.fgv.br/eventos/lancamento-revista-juridica-profissional-rjp-horizontes-advocacia *** A Axalta, empresa de revestimentos líquidos e em pó, foi reconhecida mais uma vez pela Moto Honda da Amazônia com o prêmio de Melhor Fornecedor do Ano de 2024 na categoria Ouro *** *O sucesso é delas – Empreendedoras que fazem a diferença* será lançado nesta sexta-feira, 17h, no estande da Chave Mestra, na Bienal.

Mercado prevê crescimento econômico de 2,2% em 2025

Expectativa de inflação cai de 5,44% para 5,25%

O mercado financeiro melhorou suas expectativas com relação à inflação e ao crescimento da economia brasileira para 2025. Trabalha também com a previsão de desvalorização do dólar, até o final do ano. É o que indica o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central.

Com relação ao Produto Interno Bruto, o mercado aumentou pela segunda semana consecutiva as expectativas de crescimento. Há uma semana, projetava crescimento de 2,18% ao final de 2025 com um crescimento de 2,18% – percentual que subiu para 2,20% na pesquisa divulgada nesta segunda-feira.

Há quatro semanas, a expectativa de crescimento da economia do país estava em 2,02%. Para os anos subsequentes, espera-se um PIB de 1,83%, para 2026; e de 2% em 2027.

Puxada pela agropecuária, no primeiro trimestre de 2025 a economia brasileira cresceu 1,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%.

O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%. A expectativa do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, é que, em 2025, fique em 5,25%, ante aos 5,44% projetados há uma semana; e aos 5,5% projetados há quatro semanas.

Para 2026 e 2027, as projeções de inflação do mercado financeiro permanecem estáveis, em 4,5% e 4%, respectivamente.

Em maio, a inflação oficial do país ficou em 0,26%, taxa inferior às observadas em abril deste ano (0,43%); e em maio do ano passado (0,46%). Segundo o BC, a inflação oficial acumula taxas de 2,75% no ano; e de 5,32% em 12 meses.

O grupo de despesas que mais impactou na inflação de maio foi o de habitação, com uma alta de preços de 1,19%, influenciada principalmente pelo aumento da energia elétrica residencial (3,62%).

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,75% ao ano.

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em 0,5 ponto percentual na última reunião, mês passado. Foi o sexto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Comitê de Política Monetária (Copom) não deu pistas sobre o que deve ocorrer na próxima reunião, prevista para iniciar amanhã. Afirmou apenas que o clima de incerteza permanece alto e exigirá prudência da autoridade monetária, tanto em eventuais aumentos futuros como no período em que a Selic deve ficar em 14,75% ao ano.

A expectativa do mercado financeiro é de que este percentual seja o mesmo ao final de 2025, caindo para 12,5% em 2026; e 10,5% em 2027. Segundo a Agência Brasil, com relação ao câmbio, a expectativa do mercado financeiro é que o dólar, atualmente cotado a R$ 5,51, termine 2025 custando R$ 5,77. O valor está abaixo da projeção divulgada há uma semana, quando o boletim indicava que a moeda norte-americana fecharia 2025 cotado a R$ 5,80. Há quatro semanas a expectativa apresentava valor ainda mais alto: R$ 5,82. Para os anos seguintes (2026 e 2027), a projeção do mercado é que o dólar fechara o ano cotado no mesmo valor, de R$ 5,80.

Copom decide se Selic permanecerá em 14,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, anuncia nesta quarta-feira (17) se a taxa básica de juros, a Selic, continuará em 14,75% ao ano. Tendência é a taxa seguir no mesmo patamar, de acordo com o Grupo Consultivo Macroeconômico da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Já a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) projeta aumento de 0,25 p.p, elevando a taxa em 15% a.a., maior patamar alcançado em 20 anos. A reunião do Copom começou nesta segunda-feira.

Em maio, o Copom elevou a Selic para 14,75% ao ano, sem indicar os próximos passos, adotando postura cautelosa diante da incerteza externa e da necessidade de avaliar os efeitos do aperto monetário. Já o cenário inflacionário mostrou leve melhora, com queda nas expectativas do Focus e sinais positivos no comportamento das commodities.

"Diante do cenário atual, as análises da Assessoria Econômica da ABBC indicam que o Copom deveria reforçar a importância de manter a liberdade para agir na condução da política de juros, deixando claro que as decisões vão depender do que acontecer com os principais indicadores econômicos e financeiros, garantindo mais flexibilidade e agilidade para responder a mudanças no panorama".

Para a Assessoria Econômica da ABBC a inflação de serviços segue elevada. A atividade econômica não indica desaceleração abrupta, e a taxa real de juros permanece em nível contracionista, com o câmbio apreciado e o petróleo em alta. Esse conjunto de fatores seguirá orientando as decisões futuras.

O argumento da assessoria é que ao se incorporar a atualização dos dados, certamente haverá uma melhora nas projeções do cenário de referência do Copom, que em maio indicava uma inflação anualizada de 4,8% para 2025 e 3,6% para 2026. "As estimativas ainda permanecendo distantes da meta e a necessidade de flexibilidade e cautela para as decisões de política monetária, e para evitar uma precipitada antecipação do início do ciclo de cortes, entendemos como oportuno mais um aumento residual de 0,25 p.p. na taxa Selic, encerrando o ciclo de elevação em 15,00% a.a".

Na opinião de Everton Gonçalves, diretor de Economia, Regulação e Produtos da ABBC,essa estratégia contribui para garantir a convergência da inflação à meta. Sobre o que o Copom deve decidir nesta quarta-feira, Gonçalves acredita que, embora seja difícil medir com precisão os impactos das disputas comerciais globais, seria importante que o Comitê avaliasse com mais clareza como esses choques podem influenciar suas decisões sobre os juros.

"Com o fim do ciclo de alta dos juros se aproximando, divulgar projeções com base em um cenário em que a Selic fique estável no período relevante poderia ser uma boa forma de reduzir a incerteza e a volatilidade nos mercados", acredita Gonçalves.

Grupo Macroeconômico mantém projeção da Selic em 14,75% para o restante de 2025. Inflação deve continuar longe do centro da meta, dando pouco espaço para redução da taxa de juros

Nosso Grupo Consultivo Macroeconômico manteve a estimativa de que a Selic permanecerá em 14,75% ao ano até o final de 2025. Segundo os economistas, a pressão inflacionária e as incertezas do mercado externo não deixam margem para o Copom (Comitê de Política Monetária) mexer na taxa de juros nas próximas cinco reuniões até dezembro.

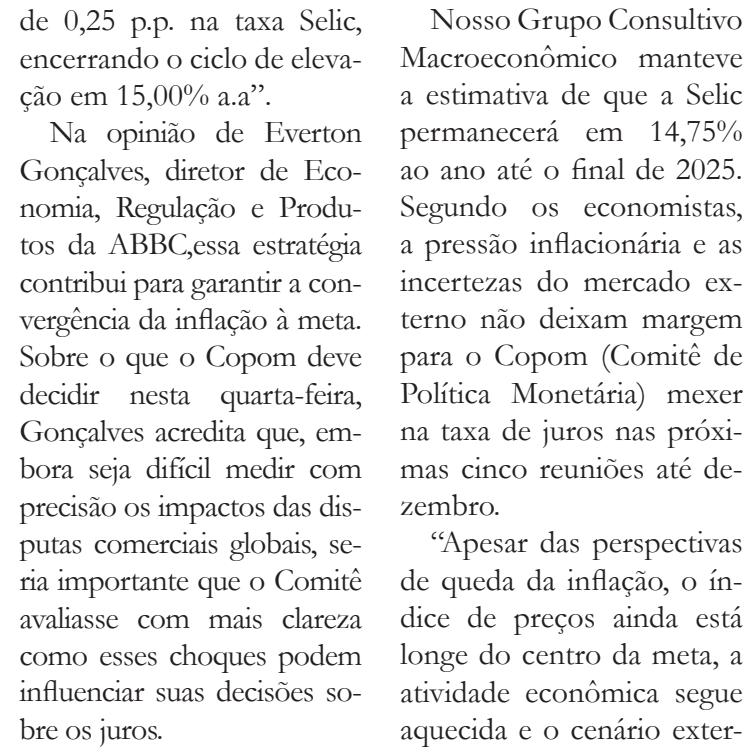
"Apesar das perspectivas de queda da inflação, o índice de preços ainda está longe do centro da meta, a atividade econômica segue aquecida e o cenário externo ainda reflete incertezas, deixando pouco espaço para a redução da taxa de juros neste ano", diz Fernando Honorato, coordenador do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico.

URCA COMERCIALIZADORA DE GÁS NATURAL S.A.

CNPJ/ME 32.704.431/0001-25 - NIRE 33.3.0033719-9

AVISO DE REDUÇÃO DE CAPITAL

URCA COMERCIALIZADORA DE GÁS NATURAL S.A., sociedade anônima fechada com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 700, bl. 5, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-100 ("Companhia"), vem informar que, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2025 ("AGE"), foi aprovada a redução de capital da Companhia em até R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por julgá-lo excessivo em relação ao objeto, nos termos do artigo 173, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), sem cancelamento de ações. Eventual oposição, na forma do artigo 174, da Lei das S.A., deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Por fim, a Companhia informa que o valor efetivo da redução de capital, a valor contábil, será definido e homologado pelos acionistas em sede de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada após findo o referido prazo legal de 60 (sessenta) dias, observado o valor máximo de redução de capital aprovado na AGE.



ines249

SEU DIREITO

Precatórios são dever de Estado, não moeda de troca política

Por Gilberto Badaró

O novo adiamento da resolução definitiva dos precatórios por parte do Governo Federal representa um agravamento da insegurança jurídica e um retrocesso institucional significativo. O precatório é fruto de uma decisão judicial definitiva, cujo não cumprimento viola o princípio da separação dos Poderes e esvazia a autoridade da coisa julgada.

O impasse, contudo, não é simples: de um lado, há a obrigação constitucional de pagar até o final do exercício seguinte; de outro, a limitação fiscal imposta pela Emenda Constitucional 113 de 2021. Esse dilema evidencia a falência de um modelo de gestão que, ao tolerar a litigância excessiva por parte da União, acaba por reprimir os efeitos dessa judicialização através de postergações orçamentárias.

De maneira prática, o adiamento da resolução definitiva causa impactos múltiplos e negativos aos credores, especialmente àqueles que há anos aguardam pelo recebimento. Há uma frustração de expectativas legítimas, em especial nos casos de precatórios alimentares ou de empresas que dependem desses valores para garantir a sua manutenção. Além disso, há uma desvalorização dos créditos, uma vez que a demora no pagamento implica uma redução real do poder aquisitivo desses valores, corroídos pela inflação e pelas oscilações econômicas.

O adiamento também fomenta o mercado paralelo de cessão de precatórios, muitas vezes operando com deságios elevados que prejudicam os credores originais e alimentam uma indústria que lucra com a fragilidade do sistema. Soma-se a isso a sensação de descrédito na Justiça, pois sentenças transitadas em julgado passam a ter eficácia meramente condicional, sujeitas ao cenário fiscal e político.

A Constituição, no artigo 100, é clara ao determinar que os precatórios devem ser pagos até o final do exercício seguinte ao de sua inclusão orçamentária. Entretanto, essa regra foi mitigada pela EC 113/2021, que instituiu um subteto para os pagamentos, permitindo o parcelamento do excedente. Embora essa solução tenha sido aprovada pelo Congresso Nacional, ela não resolve o conflito jurídico de fundo, pois continua adiando o cumprimento de decisões judiciais e, consequentemente, desafiando o núcleo essencial da Constituição. A judicialização do próprio pagamento dos precatórios e as decisões que autorizam a quitação fora do teto são sintomas claros desse descompasso entre a ordem constitucional e a execução orçamentária.

O atual cenário político reforça a percepção de que uma decisão definitiva sobre a compatibilização do pagamento dos precatórios com o teto de gastos dificilmente será tomada antes das eleições presidenciais de 2026. A tendência é que a estratégia de postergar a resolução do impasse prevaleça até 2027, quando será possível vislumbrar uma efetiva compatibilização entre o pagamento dos precatórios e a política fiscal estabelecida pela Emenda Constitucional 113.

Na busca por uma solução responsável e juridicamente segura para o impasse atual, é imprescindível que o Estado brasileiro adote uma gestão pública mais eficiente e menos litigante. A União e suas autarquias devem repensar a cultura de recorrer sistematicamente, inclusive em causas que já são, em tese, perdidas, pois tal prática apenas cria passivos desnecessários e alimenta o ciclo vicioso da judicialização.

A atuação da Advocacia Pública deve priorizar soluções extrajudiciais, com a celebração de acordos administrativos e a promoção de autocomposição. Paralelamente, é necessária a revisão de gastos improdutivos e a requalificação de despesas públicas. O problema dos precatórios não reside exclusivamente no valor global das dívidas, mas na priorização orçamentária de outras rubricas que, muitas vezes, são menos urgentes ou pouco eficientes. É preciso enfrentar a ineficiência administrativa, cortar gastos supérfluos e rever incentivos fiscais que não resultam em benefícios concretos para a sociedade.

É indispensável que se preserve o equilíbrio entre os Poderes. O Executivo não pode continuar tratando o cumprimento de decisões judiciais como uma variável fiscal opcional, enquanto o Supremo Tribunal Federal deve assegurar o respeito ao texto constitucional com coerência, evitando decisões que ampliem a sensação de insegurança e instabilidade.

O cenário atual, portanto, evidencia um grave descompasso entre a ordem constitucional e a prática orçamentária do Estado brasileiro. O pagamento dos precatórios não deve ser tratado como uma simples escolha política ou como um instrumento de ajuste fiscal, mas sim como uma obrigação jurídica inderrogável. Cabe ao Estado, por meio de reformas estruturais e de uma gestão mais eficiente, garantir a sustentabilidade fiscal sem que isso implique o sacrifício de direitos fundamentais ou a corrosão da integridade do sistema de Justiça. O futuro da credibilidade das instituições e da segurança jurídica no país depende diretamente dessa mudança de postura e de compromisso com a Constituição.

Gilberto Badaró
é advogado especialista em precatórios e sócio do Badaró Almeida & Advogados Associados.

Comércio carioca torce pelo frio para aumentar as vendas

O comércio carioca torce por um inverno rigoroso para aquecer as vendas e estima um crescimento de 2,5% se a temperatura realmente esfriar. Os lojistas também estão estimulando os consumidores com promoções, descontos e formas de pagamentos diferenciados. É o que mostra a pesquisa do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio), que ouviu lojistas do Centro e das Zonas Norte, Sul e Oeste.

Segundo Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do SindilojasRio, o frio rigoroso sempre estimula o consumidor a comprar roupas de inverno e de produtos como cachecóis, luvas, gorros e acessórios além de edredons, colchas e cobertores, por isso o comércio torce para uma estação mais fria.

"Os lojistas compraram bem, fizeram um bom estoque e estão prontos para atender a demanda. O comércio precisa vender e o frio pode ajudar", diz Aldo.

A pesquisa mostra que, com a queda da temperatura, 75% dos lojistas apontam que as vendas serão melhores e 25% apontam que serão iguais às do ano passado, que registrou crescimento de 1,5%. Dos lojistas ouvidos 80% afirmaram que a mudança da temperatura influencia bastante as vendas e que 65% da procura será por artigos do vestuário, como casacos e camisas de manga comprida, e 35% por acessórios como meias, cachecóis, segunda pele, luvas, toucas e cobertores.

Já segundo projeções da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com previsão de temperaturas mais altas do que o habitual para a estação mais fria do ano, as vendas no setor de vestuário, calçados e acessórios devem ter retração de R$ 50 milhões em relação ao inverno passado, A estimativa leva em conta os até 2ºC previstos acima da média histórica no Brasil para a época, o que reduz a procura pelos itens típicos do clima mais gelado.

A expectativa de um inverno menos rigoroso, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, é atribuída ao fenômeno El Niño e ao aquecimento global. Tal mudança no padrão climático tem alterado o comportamento dos consumidores, diminuindo a demanda por roupas quentes e o desempenho do varejo no período entre maio e agosto.

De acordo com o estudo da CNC, a movimentação financeira total prevista para o segmento de vestuário no inverno de 2025 é de R$ 90,3 bilhões. Deste montante, R$ 9,09 bilhões devem ter relação direta com a queda dos termômetros, contra os R$ 9,14 bilhões do mesmo período em 2024. Confirmadas as projeções, isso representaria uma redução de R$ 50 milhões.

"O setor enfrenta um cenário desafiador, marcado por um inverno atípico e por condições econômicas que ainda impõem cautela ao consumo das famílias. A atual perspectiva exige do varejo maior capacidade de adaptação e planejamento diante de um consumidor mais seletivo e de um ambiente de negócios ainda marcado pelas incertezas", afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

O cenário é agravado pela conjuntura econômica. Ainda que a inflação do ramo de vestuário deva fechar o ano abaixo da média geral (4% contra 5,5%), os preços avançaram em relação ao período equivalente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fatores que também pesam são o encarecimento do crédito e o alto comprometimento da renda das famílias brasileiras. A taxa média de juros nas operações de crédito com recursos livres permanece alta e sem previsão de redução. Já o índice de endividamento das famílias segue acima dos 50% da renda, o que compromete o consumo.

O Brasil tem passado por invernos progressivamente mais quentes ao longo dos últimos anos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura média registrada durante os meses de inverno tem se mantido em torno de 21,5ºC desde 2014, com pequenas variações. A previsão de 2025, portanto, segue a tendência da última década.

"O setor varejista precisa se adaptar a uma realidade em que o frio já não é mais tão previsível ou intenso quanto antes, o que pode demandar mudanças nas estratégias de estoque, marketing e calendário promocional", analisa o economista da CNC Fabio Bentes.

Catadores no Rio lidam com informalidade e más condições de trabalho

Luiz Carlos Santiago, de 70 anos, começou a trabalhar com coleta de material reciclável em 2000. No início, buscava material de forma autônoma no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, até que, em 2002, tornou-se um dos fundadores da Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso (Cootrabom), iniciativa associada à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Hoje, além de recolher material em empresas públicas e privadas, a cooperativa recebe recicláveis da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) em seu galpão no bairro de Cascadura. É neste local que realizam a separação e comercialização do material, conseguindo arrecadar cerca de R$ 1,6 mil por mês para cada associado da Cootrabom.

"Não considero suficiente o que conseguimos ratear, tendo em vista o trabalho que prestamos à sociedade. Às vezes, conseguimos um pouco mais pela prestação de serviços para empresas", diz Santiago à Agência Brasil.

O fundador da Cootrabom também critica a falta de espaços cedidos pelo poder público para armazenar o material coletado e os casos de discriminação.

"Muitas situações de preconceito acontecem por causa do nosso trabalho, que é confundido com o trabalho da população em situação de rua", explica.

O autor do livro "A vida com direitos: direito do trabalho inclusivo e trabalho decente para catadores de resíduos", Dieric Guimarães Cavalcante, pontua que os catadores são responsáveis pela coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

"Essa atividade só foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002, ocasião em que foi inserida na Classificação Brasileira de Ocupações, embora os estudos sobre o tema apontem que o trabalho de catador acompanha o processo de urbanização do Brasil", explica.

Conforme o Guia Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, o Brasil conta com 3.848 catadores de material reciclável registrados. Os homens representam a maioria (70,97%), enquanto as mulheres correspondem a 29,03%.

A jornada dessas pessoas, relata Cavalcante, depende diretamente do regime de trabalho, que pode ser classificado de duas formas: catadores não cooperados ou autônomos, que atuam nas ruas ou em lixões, e os catadores cooperados, que trabalham em cooperativas ou associações.

"Se autônomos, as jornadas de trabalho diárias podem passar de 16 horas, sem qualquer intervalo ou de menos de 30 minutos. Já quando inseridos em cooperativas ou associações, a jornada, em regra, obedece ao limite de oito horas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é garantido intervalo de uma hora", explica Cavalcante, que também é mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF.

"O trabalho dos catadores, quando exercido no contexto das cooperativas e das associações, tende a ser mais protegido e, consequentemente, mais digno", continua.

Organizados em associações ou cooperativas, os trabalhadores tendem a ter condições melhores de trabalho, graças ao apoio de governos locais, doações de equipamentos e financiamento para treinamentos, apesar de muitas associações lutarem para sobreviver em razão da falta de reconhecimento formal e padrões de trabalho decentes, como descreve o livro "A vida com direitos: direito do trabalho inclusivo e trabalho decente para catadores de resíduos".

Também na Zona Norte do Rio de Janeiro, desde 2005, a Cooperativa de Trabalho CoopQuitungo realiza a coleta de material reciclável na comunidade do Quitungo, em Brás de Pina. Formada apenas por mulheres e com 14 famílias associadas, a iniciativa foi fundada por Maria do Carmo Barbosa de Oliveira, de 70 anos.

"A cooperativa foi criada para atender a comunidade, porque as pessoas não tinham condições de ir para o mercado de trabalho", explica Oliveira.

Como a Cootrabom, a CoopQuitungo realiza coleta de materiais recicláveis em empresas públicas e privadas, além de condomínios, apesar de não terem um espaço próprio para armazenar o material recolhido.

ines249

COMPANHIA HOTÉIS PALACE
CNPJ/MF nº 33.374.984/0001-20

AGO. 1ª Convocação: Ficam convidados os Srs. acionistas da Cia. a se reunirem em AGO a se realizar no dia 01/07/25, às 9h, na sede da Cia., para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleger os administradores e fixar-lhes a respectiva remuneração; b) Outros assuntos de interesse geral. RJ, 17/06/25. A Diretoria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE COOPERADOS.

O Conselho de Administração da INVERTA - COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM SERVIÇOS EDITORIAIS E NOTICIOSOS LTDA, com sede na Praça Olavo Bilac nº28 20º andar cobertura 13 - Centro – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o número 73.904.260/0001-65, na forma do disposto no Artigo 38 da lei 5764/71, bem como, do ART 21 Item dos Estatutos da Cooperativa, convoca os Cooperativados, à 26ª Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em ambiente virtual, considerando a autorização legal prevista no artigo 5º e o seu respectivo parágrafo único da Lei nº 14.010/2020 de 10 de junho de 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus, no dia 28 de junho de 2025, por meio da plataforma ZOOM às 10 (dez) horas em primeira convocação, e às 11 (onze) horas em segunda e última convocação, para tratar da seguinte pauta: 01) Informes; 2) Alterações Estatutárias; 3) Exclusão e Admissão de Cooperados; 4) Prestação de Contas do ano de 2023; 5) Planejamento para o ano de 2025.

Jacqueline Alves de Sousa.
Presidenta do Conselho de Administração da
INVERTA – COOPERATIVA DE TRABALHADORES
EM SERVIÇOS EDITORIAIS E NOTICIOSOS LTDA.

Rede Ancora RJ - Participações S.A.
CNPJ/MF 45.873.976/0001-07
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **REDE ANCORA - RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, pelo seu Diretor Presidente, convoca todos os Senhores Acionistas, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada de forma remota, por meio da rede mundial de computadores (Internet), conforme instruções, link e senha de acesso que deverão ser obtidas junto à sede administrativa da sociedade, pelo telefone +55 (21) 9-7230-7793, no dia 30 de junho de 2025, à Rua do Couto, nº 231, Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21020-410, às 09:30 horas em primeira convocação ou às 10:00 horas, no horário de Brasília, em segunda e última convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do ano de 2024; e 2) Deliberar sobre a destinação do eventual lucro líquido do exercício e, se for o caso, a distribuição de dividendos; e 3) Outros assuntos de interesse da Companhia. Rio de Janeiro/RJ, 05 de junho de 2025. (a) **Flávio Leal Spinelli -** Diretor Presidente.

FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ n.º 01.686.429/0001-47
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o Presidente da **FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FEHERJ,** na forma prevista no seu Estatuto Social, convoca os integrantes da categoria econômica estabelecidos nos municípios de **Teresópolis, Paraíba do Sul, Levy Gasparian e Três Rios**, atualmente inorganizados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **26 de junho de 2025, às 14h00min** em primeira convocação e às **14h30min** em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, a ser realizada na sala de reuniões da Star Lab Serviços Médicos e Participações S.A., localizado na Avenida Feliciano Sodré, nº 750, no bairro da Várzea, na Cidade de Teresópolis, RJ, para discutir a seguinte ordem do dia: a) Apreciação das pautas de reivindicação apresentada pelo **Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e Trabalhadores na Area de Saúde de Teresópolis, Três Rios, Paraíba Do Sul e Levy Gasparian**, autorizando a **FEHERJ** a negociar com a referida entidade representante da categoria profissional visando a celebração de Convenção Coletiva ou defender judicialmente a categoria em caso de Dissídio Coletivo; b) Aprovação da cobrança de contribuição assistencial, que será inserido em todos os instrumentos normativos celebrados pela Federação, fixando valores e forma de cobrança, conforme autoriza a letra e, do Artigo 513, da CLT e entendimento consolidado no Tema 935 do STF; c) Assuntos gerais. As Empresas deverão estar representadas por pessoas indicadas em suas composições societárias ou por prepostos devidamente credenciados. As empresas devem estar munidas da documentação para comprovação da sua representação para participação e votação na assembleia.

Guilherme Xavier Jaccoud – Presidente

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA DO RIO DE JANEIRO EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, movida por ANTONIO RAMALHO CHEDEAK e JOAQUIM RAMALHO CHEDEAK em face de RODRIGO FERNANDES CHEDEAK, processo nº 0083760-38.2020.8.19.0001, na forma abaixo: O Dr. DIEGO ISAAC NIGRI, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a RODRIGO FERNANDES CHEDEAK, que em **24/6/25, às 11:00 hs.,** no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **26/6/25**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, na forma do art. 891 § único do CPC, os automóveis avaliados às fls. 1781/1782 atualizados em 26/5/25, **1) Toyota Hilux** SWSRXA4FD, placa LSL8599, 2016, Renavam 1088354227, por 200.379,00. **2) Honda HR-V EXL CVT**, placa ENZ1521, 2020, Renavam 1212678823 por R$ 111.380,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 26/5/25. Eu, Marcelo Milek de Frias, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. DIEGO ISAAC NIGRI, Juiz de Direito.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025

O SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO (Sinpro-Rio), com CNPJ sob o nº 33.654.237/0001-45, situado na Rua Pedro Lessa, nº 35, Centro, Rio de Janeiro, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os professores da base territorial do Sinpro-Rio, associados ao Sindicato e que estejam em dia com suas contribuições sociais, a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas (AGO), a ser realizada no dia 30 de junho de 2025, segunda-feira, às 18h, em primeira convocação, e às 18h30, em segunda e última convocação, com qualquer número, por meio virtual, sendo certo que a convocação será encaminhada para os professores aptos a participar, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Apreciar relatório de prestação de contas relativa ao exercício do ano de 2024.

IMPORTANTE: para terem acesso virtual à assembleia, os professores associados em dia com suas contribuições sociais deverão se inscrever pelo site www.sinpro-rio.org.br - informando todos os dados solicitados no campo específico da referida assembleia - até as 13 horas do dia 30 de junho de 2025. Após a confirmação dos dados, os filiados aptos a participar da assembleia receberão um link pessoal e intransferível de acesso à mesma.

Esta convocação é feita nos termos do Estatuto do Sindicato.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

Elson Paiva – Presidente

SinproRio
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

PetroReconcavo (RECV3): desempenho, eficiência e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a PetroReconcavo com Pedro Carvalho, gestor de renda variável da Trígono Capital.

Qual a sua avaliação sobre o desempenho da PetroReconcavo?

Apesar de a PetroReconcavo não ter apresentado um crescimento de produção relevante nos últimos dois anos, praticamente de lado nesse período, com alguns desafios operacionais no meio do caminho, nós vemos uma grande resiliência que tem se traduzido em forte geração de caixa. A PetroReconcavo é o player do onshore mais bem posicionado no Brasil e é referência nesse setor.

Cabe destacar que o onshore, diferente da produção offshore, possui risco, complexidade e custos de perfuração e operação significativamente menores, mas, por outro lado, exige uma gestão muito mais eficiente, pois, diferente do offshore, onde se tem alguns poços produzindo 5 mil, 6 mil barris por dia, no onshore o player trabalha com centenas de poços ao mesmo tempo. Por exemplo, a PetroReconcavo possui, de forma simultânea, 700 poços em produção, sendo que alguns produzem menos de 100 barris por dia.

Para que uma empresa do setor de óleo e gás tenha escala e seja competitiva ao mesmo tempo, ela precisa ter know-how e um conhecimento operacional muito grande, sendo que a PetroReconcavo tem isso de sobra, já que ela é a petroleira independente mais longeva do Brasil, depois da Petrobras, com 25 anos de operação, sendo que, inicialmente, ela atuava como prestadora de serviços e era uma operadora privada de pequeno porte. Seus ativos estão na Bahia, região que foi um dos berços da produção de petróleo no Brasil, e no Rio Grande do Norte, e apenas o campo de Tié tem quatro dos dez melhores poços de óleo do onshore brasileiro.

Em termos de desempenho, o diferencial da tese da PetroReconcavo está no gás, que representa 35% do faturamento da companhia, sendo que, em alguns momentos, isso já chegou até 40%. A PetroReconcavo tem se movimentado de forma estratégica para investir na infraestrutura e no escoamento de gás, o chamado midstream. A partir da construção da UPGN de Miranda, que vai ter um capex próximo de US$ 60 milhões, a PetroReconcavo vai buscar todo o gás da Bahia e vai tentar deixar de vender com descontos.

Mais recentemente, a companhia concluiu a compra de 50% da UPGN de Guamaré, que era da Brava, por US$ 65 milhões, onde vai ganhar eficiência no processamento e beneficiamento no gás do Rio Grande do Norte. A partir desses movimentos, alguns um pouco mais no curto prazo e outros daqui a 3 anos, a PetroReconcavo vai começar a ter uma rentabilidade bem maior em gás por conta de contratos com moléculas de maior valor agregado e menores custos de processamento. Aos poucos, a companhia vai ganhando independência no escoamento da produção e ficando menos dependente de terceiros como foi no passado.

Outro ponto interessante é que a PetroReconcavo possui uma frota de sondas próprias para workovers e perfurações para a realização de intervenções nos poços, o que traz agilidade e verticalização de produção, e é muito importante, já que no onshore os poços estão em declínio o tempo todo. Como a companhia tem esses equipamentos dentro de casa, com equipe própria, ela pode ser ágil para aproveitar e minimizar essa depleção. Por exemplo, a PetroReconcavo possui campos que já eram para ter entrado na sua vida final há 10, 15 anos atrás, mas que tiveram suas vidas alongadas por conta dessa flexibilidade, já que fica mais fácil fazer essas perfurações constantes.

Hoje, são dezesseis sondas de workover e três de perfuração, sendo que uma das sondas de perfuração tem capacidade de realizar perfurações de até 5 mil metros de profundidade. Por exemplo, recentemente a PetroReconcavo perfurou o poço de Beriba com uma profundidade de 3.600 metros. Apenas com essa questão de RSO (Sondas e Serviços), a PetroReconcavo teve uma economia de, aproximadamente, R$ 250 milhões em 2024, o que é bem relevante. Se a parte de sonda e equipamentos da PetroReconcavo fosse uma empresa isolada, ela teria a terceira maior frota do Brasil.

Outro ponto interessante é que a frota de sondas próprias traz um movimento de desdolarização dos custos, o que permite a PetroReconcavo ter um controle melhor de custos e uma agilidade maior, e se beneficiar ainda mais em momentos de subida forte do Brent.

Em um mercado em que se aluga os equipamentos, essas sondas são antigas ou a PetroReconcavo tem uma política de aquisição de sondas?

A PetroReconcavo possui uma política de comprar, e não de alugar. De modo geral, essas sondas são mais recentes, sendo que a companhia acelerou muito essa estratégia de frota própria após o IPO, com algumas sondas sendo compradas novas nos Estados Unidos.

Divulgação Trígono Capital



Pedro Carvalho

Quando sai um resultado da PetroReconcavo, quais são os primeiros números que você analisa?

Como os dados de produção saem mensalmente, nós já temos uma prévia. Quando sai o resultado trimestral, eu gosto de entender a geração de caixa do trimestre, o que tem sido um dos pilares da tese até aqui, e a evolução do lifting cost.

No caso da geração de caixa, nós não olhamos apenas a geração de caixa livre isolada, mas entendemos todo o contexto do trimestre, o capex gasto em desenvolvimento de reservas e se houve algum desembolso para pagamento de proventos ou amortização de dívidas. De forma geral, a geração de caixa é bem saudável e resiliente, sendo um dos grandes guias da nossa tese.

Por exemplo, em 2024, a geração de caixa livre foi de R$ 1 bilhão, o que deu espaço para uma distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio próxima a R$ 800 milhões, aproximadamente 15% de dividend yield. Dessa forma, entender essa dinâmica de geração de caixa nos ajuda a entender não só a capacidade dos proventos, mas a geração de valor para os acionistas e a capacidade de investimento em novas frentes.

Quanto ao lifting cost, quando comparamos os dados da PetroReconcavo, ela é 30% menor que o segundo player do onshore, sendo benchmark do setor. Por exemplo, se olharmos os últimos dois anos, mesmo com os desafios de produção que houveram em alguns momentos, esse lifting cost variou entre US$ 12 e US$ 13 por barril. A PetroReconcavo é bem resiliente, mas ainda tem espaço para melhorias.

Além disso, nós gostamos de acompanhar a evolução dos custos do midstream de gás, que vem em queda há cinco trimestres consecutivos. Por exemplo, no 1T25, ele já estava em um patamar 25% menor em relação ao 1T24, mesmo com uma produção de gás de estável para crescente.

Qual a sua avaliação sobre a geração de caixa e o endividamento da PetroReconcavo?

Na minha avaliação, a geração de caixa e o endividamento da PetroReconcavo são excelentes. A geração de caixa é bem consistente e robusta, e a companhia possui uma estrutura de capital ótima. Frente a geração de caixa, a dívida é bastante baixa, o que traz conforto para os investimentos no midstream, que, por sua vez, vai trazer mais competitividade para a companhia, como temos visto após a aquisição dos 50% da UPGN de Guamaré e a construção da UPGN de Miranga. Se pegarmos o cronograma de amortização das dívidas da companhia, o próximo compromisso é apenas em 2028, ou seja, ela tem um um cronograma bem limpo quando falamos de geração de caixa. Dessa forma, ela pode escolher com calma as suas obrigações e como vai cumpri-las para flutuar entre pagamentos de dividendos, capex e tudo mais.

Um dado interessante é que se pegarmos a projeção do fluxo de caixa operacional estimado na certificação de reserva para os próximos 5 anos, que é um documento feito por uma consultoria independente e publicado todos os anos, e descontarmos o capex estimado para o desenvolvimento dessas reservas, nós temos um excedente de US$ 320 milhões por ano. Ou seja, todo o capex estimado para os próximos anos representa apenas 30% do fluxo de caixa operacional esperado. Lógico que, dependendo do preço do petróleo, podem haver oscilações, mas isso será mais que suficiente para fazer frente a todos os investimentos, pagar as obrigações e ainda ter alguma oportunidade para fazer alguma aquisição que faça sentido do ponto de vista operacional, e se ainda houver espaço, continuar distribuindo bons proventos. Além do capex, a PetroReconcavo ainda tem a expectativa de crescer a sua produção em um ritmo de 8% ao ano de forma orgânica.

Dado todo esse track record que a companhia tem no onshore há mais de 25 anos e a verticalização em sondas e equipamentos, nós acreditamos que há uma boa chance de isso acontecer.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/petroreconcavo-recv3-desempenho-eficiencia-e-perspectivas

ines249

Portugal: sexta aeronave KC-390 Millennium da Embraer

A Embraer (NYSE: ERJ/ B3:EMBR3), uma das líderes globais na indústria aeroespacial, anunciou nesta segunda-feira durante a 55ª edição do Paris Air Show que o Estado Português decidiu adquirir uma sexta aeronave KC-390 Millennium.

Em agosto de 2019, o governo de Portugal e a Embraer assinaram contrato para a aquisição de cinco unidades do KC-390 e, com a potencial aquisição adicional, a frota de aeronaves de transporte da Força Aérea Portuguesa (FAP) contará com seis aviões de nova geração KC-390, expandindo sua capacidade para cumprir as missões das Forças Armadas e outras missões de interesse público.

Adicionalmente, a Embraer e o Estado Português pretendem incluir dez opções de compra no contrato atual visando potenciais futuras aquisições por nações europeias ou membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) por meio do Estado Português, em negociações de governo a governo. Isto permitirá o aumento da interoperabilidade e cooperação com novos operadores da aeronave KC-390, com benefícios na redução de custos associados a treinamento, apoio logístico e ciclo de vida e o crescente envolvimento e desenvolvimento do cluster aeronáutico português.

"Com esta decisão Portugal continua a investir nas capacidades da Força Aérea, num momento em que se assume como operador de referência desta aeronave, que possui caraterísticas únicas e que foram integradas e testadas em Portugal.

A inclusão de dez opções de compra para futuras negociações governo a governo permitirá que outras nações europeias e Nato possam, através de Portugal, adquirir plataformas interoperáveis e versáteis, habilitando o contínuo desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, com o consequente retorno financeiro para o país, e a afirmação da Força Aérea Portuguesa como parceiro de excelência na operação e treino, através, por exemplo, do seu Centro de Treino KC-390", disse Nuno Melo, Ministro da Defesa de Portugal.

"A aquisição do sexto KC-390 pela FAP, que opera a aeronave desde 2023, será a primeira compra adicional de um operador, o que demonstra o reconhecimento da qualidade e do resultado operacional que esta aeronave tem conseguido. O interesse em colocar opções adicionais no contrato é a confirmação de que mais países ocidentais podem-se juntar muito brevemente a este grupo de operadores, beneficiando todos eles em sinergias económicas ao longo do ciclo de vida do KC-390", disse Bosco da Costa Junior, presidente & CEO da Embraer Defesa & Segurança.

Missões

O KC-390 Millennium pode realizar uma ampla gama de missões, como transporte e lançamento de cargas e tropas, evacuação aeromédica, busca e salvamento (SAR), ajuda humanitária e missões de resposta a desastres (HADR), combate a incêndios e reabastecimento aéreo (AAR), tanto como tanque quanto como receptor. Além disso, o KC-390 Millennium pode apoiar operações de vigilância marítima e SAR, aumentando seu alcance e tempo de permanência em voo por meio do reabastecimento em voo. Sua capacidade de operar em pistas curtas e reabastecer outras aeronaves é fundamental para atender aos requisitos de defesa de Portugal.

De acordo com a Embraer, a aeronave alcançou a excelente taxa de 99% das missões cumpridas com baixos custos operacionais. Sua capacidade multimissão e interoperabilidade são integradas desde a fase de concepção, permitindo assim que a aeronave esteja pronta para cumprir todos os tipos de missão exigidos pelas Forças Aéreas.

Tributaristas questionam validade da MP do IOF

Advogados: sem urgência para ser tratada em medida provisória

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional na semana passada a Medida Provisória (MP) 1.303/2025, que redefine a tributação sobre investimentos e setores financeiros para compensar a queda na arrecadação após a revisão do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A matéria, publicada dia 11 em edição extra do *Diário Oficial da União*, precisa ser votada até 28 de agosto. Com as mudanças o governo prevê arrecadar R$ 10,5 bilhões em 2025 e R$ 20,6 bilhões no próximo ano.

Sérgio Grama, do Leite, Tosto e Barros Advogados, questiona a legalidade da medida. De acordo com ele, a "Constituição exige relevância e urgência para MPs, mas aumentar tributos com efeito só em 2026 não atende tais requisitos. Além disso, mudanças fiscais complexas deveriam passar por debate legislativo, não por decreto. Há riscos de inconstitucionalidade, especialmente nas regras de compensação tributária, que incluem critérios subjetivos", destaca.

No entender do tributarista Júlio César Soares, sócio da Advocacia Dias de Souza, medidas provisórias "não substituem o planejamento fiscal. O sistema tributário brasileiro não suporta mais ensaios de laboratório em escala nacional". Ainda segundo Soares, a previsibilidade é um ativo institucional importante "e a sua erosão custa caro à economia e à democracia".

Para Fábio Lunardini, tributarista do Peixoto & Cury Advogados, a MP afetará principalmente pessoas físicas. "A taxação de LCIs e LCAs, antes isentas, e o aumento para aplicações no exterior (de 15% para 17,5%) e juros sobre capital próprio (de 15% para 20%) oneram o pequeno investidor. A boa notícia é que as mudanças só valem a partir de 2026, dando margem para revisões no Congresso."

A MP também restringe compensações tributárias consideradas "abusivas" pelo Fisco; ajusta gastos públicos, como limite de 30 dias para auxílio-doença sem perícia e teto para seguro-defeso de pescadores e mantém a poupança livre de IR.

O Ministério da Fazenda defende que as mudanças buscam "corrigir distorções, garantir isonomia e equilibrar as contas públicas". A matéria será analisada por uma comissão mista antes de seguir para votação nos plenários da Câmara e do Senado.

Entre as principais mudanças, estão:

– Fim da isenção para LCA, LCI, CRI, CRA e debêntures incentivadas (tributados em 5%)

– Alíquota única de 17,5% para outros títulos e criptomoedas (antes isentas em operações até R$ 35 mil)

– Aumento da CSLL para bancos (20%) e instituições financeiras (15%)

– Tributação de 18% sobre receita de apostas esportivas (ante 12%)

Brasil é um dos 17 países a fazer adoção de reporte de sustentabilidade

Na última semana, o Brasil foi um dos países listados no relatório da IFRS Foundation, que apresentou 17 perfis jurisdicionais referentes à adoção de reporte de sustentabilidade nos padrões da International Sustainability Standards Board (ISSB), informou nesta segunda-feira a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A autarquia reforça seu compromisso com o fortalecimento da agenda de finanças sustentáveis no âmbito do mercado de capitais brasileiro.

O documento cita a CVM e reconhece as iniciativas do Brasil como uma das jurisdições que já permitem e têm cronograma para tornar obrigatória a adoção desses padrões, demonstrando o avanço do país na agenda de finanças sustentáveis. Cada perfil descreve a abordagem atual e o que está sendo planejado pelas jurisdições para a adoção das Normas ISSB.

Entre as 17 jurisdições apontadas (Austrália, Bangladesh, Brasil, Chile, Gana, Hong Kong, Jordânia, Quênia, Malásia, México, Nigéria, Paquistão, Sri Lanka, China Taipei, Tanzânia, Turquia e Zâmbia), 14 se comprometeram a adotar completamente os padrões ISSB. E um total de 36 jurisdições já adotaram, utilizam ou estão finalizando a adoção dos padrões ISSB em seus marcos regulatórios.

"O perfil jurisdicional do Brasil reflete o compromisso e o comprometimento da CVM com o desenvolvimento de um Mercado de Capitais cada vez mais alinhado as melhores práticas internacionais", diz João Pedro Nascimento, presidente da CVM. Segundo ele, "a adoção dos padrões de sustentabilidade reforça a transparência, a credibilidade e a competitividade do nosso mercado, demonstrando, inclusive, a relevância e as oportunidades que a Agenda Verde e as Finanças Sustentáveis nos oferecem."

Agenda Verde

A sustentabilidade integra a Agenda Regulatória CVM 2025, e, só neste ano, a autarquia já realizou duas pesquisas sobre o tema. A primeira foi promovida pela Superintendência de Orientação aos Investidores e Finanças Sustentáveis (SOI), a fim de identificar benefícios, desafios, conhecimento e necessidades relacionados à adoção dos CBPS 01 (IFRS S1) e CBPS 02 (IFRS S2) no mercado de capitais. No momento, os dados coletados estão em análise. A segunda pesquisa, que está em curso, busca obter subsídios para o estudo de Análise de Resultado Regulatório (ARR) focado na Resolução CVM 59, que incluiu a divulgação de informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança no Formulário de Referência, e está sendo comandada pela Assessoria de Análise Econômica, Gestão de Riscos e Integridade (ASA).

Resolução CVM 193

A norma, editada em outubro de 2023, colocou o Brasil no protagonismo mundial sobre o tema, e a CVM recebeu, em novembro do ano passado, o prêmio ISAR Honours 2024, da Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca organizações que se empenham em promover e harmonizar relatórios de sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no cenário global. Ao promoverem a padronização das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, as novas normas facilitam a comparabilidade entre empresas brasileiras e estrangeiras.

Petrobras retomará construção do Trem 2 da RNEST

Nesta segunda-feira, a Petrobras anunciou os primeiros contratos, resultados de licitações, para conclusão da construção do Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco. Com valor aproximado de R$ 4,9 bilhões, os acordos contemplam a implantação da Unidade de Coqueamento Retardado (UCR), da Unidade de Hidrotratamento de Diesel S10 (UHDT-D), e da Unidade de Destilação Atmosférica (UDA), alinhando-se às diretrizes do Plano de Negócios 2025-2029. Os contratos foram assinados com a empresa Consag Engenharia S.A..

Segundo a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, "a RNEST é estratégica para o Brasil, hub da Petrobras nas regiões Norte e Nordeste. Os contratos para a retomada das obras do Trem 2 da refinaria revelam o compromisso da empresa com o desenvolvimento do país, representando a expansão da nossa capacidade de refino e viabilizando o aumento da produção de derivados para atender às demandas da sociedade e do mercado".

A UCR terá potencial para processar até 75 mil barris/dia de carga, enquanto a UHDT-D poderá operar com até 82 mil barris/dia. Já a UDA contará com capacidade de 130 mil barris/dia. Os volumes reforçam a relevância da RNEST na ampliação da produção de derivados de maior valor agregado no parque de refino da Petrobras, promovendo ganhos em produtividade e contribuindo para o fornecimento de combustíveis com baixo teor de enxofre.

A RNEST iniciou suas operações em 2014 com o primeiro conjunto de unidades (Trem 1). É a mais moderna refinaria da Petrobras e contribui para atender à demanda nacional por derivados de petróleo. A unidade conta com avançadas tecnologias e tem o maior nível de automação do parque de refino da companhia. Em março deste ano, foram concluídas as obras de modernização do Trem

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 06 de maio de 2025, às 10h30. Devido à importância e urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme previsto no parágrafo 3º do Artigo 17 do Estatuto Social da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"). **PRESENÇAS**: Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia com a presença dos Srs. Alberto Mario Griselli, Federico Raffaele e Paolo Barroero, e da Sra. Gigliola Bonino. **MESA**: Sr. Alberto Mario Griselli – Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA**: Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 1º trimestre de 2025, encerrado em 31 de março de 2025. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **Tomaram conhecimento** do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 1º trimestre de 2025, encerrado em 31 de março de 2025, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). **ESCLARECIMENTOS E ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 06 de maio de 2025. **FABIANE RESCHKE -** Secretária da Mesa. Jucerja nº 6971021, em 14/05/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.